

Texto 01

PARÁBOLA DO LÁPIS

No princípio o fazedor de lápis falou ao lápis dizendo:

- Precisas saber cinco coisas antes que eu te mande ao mundo. Lembre-as sempre e tornar-te-ás no melhor lápis que podes ser.

PRIMEIRO

Serás capaz de fazer grandes coisas, mas apenas se permitires ser seguro pelas mãos de alguém.

SEGUNDO

De tempos em tempos experimentarás cortes doloridos, mas isto é necessário para que te tornes um lápis melhor.

TERCEIRO

Tens a habilidade para corrigir qualquer erro que possas cometer.

QUARTO

O mais importante em ti será sempre o que está dentro.

QUINTO

Tens de continuar escrevendo em qualquer condição. Deves sempre deixar uma marca clara e legível, não importa o quão difícil seja a situação.

O lápis compreendeu, prometendo lembrar, e foi para a caixa ciente do desejo do seu criador.

Agora substituindo o lugar do lápis por ti; lembre-as sempre e nunca te esqueças, e tornar-te-ás a melhor pessoa que podes ser.

1 -Serás capaz de grandes coisas, mas somente se permitires ser sustentado pelas mãos de Deus, e deixar que outros se aproximem para partilhar dos muitos dons que tens.

2 -De tempos em tempos experimentarás sofrimentos profundos, ao enfrentar os vários problemas, mas isto te será necessário para te tornares uma pessoa forte.

3- Serás capaz de corrigir erros que talvez cometas, e mesmo crescer com eles.

4- O mais importante será sempre o que está dentro de ti.

5 - Por onde andares, tens de deixar tuas marcas. Não importa a situação, deves continuar servindo a Deus em tudo.

Todo mundo é como um lápis... Feito pelo Criador com um propósito único e especial.

Compreender e lembrar permite-nos continuar a vida com significado no coração e na relação diária com Deus.

FOSTE FEITO PARA REALIZAR GRANDES COISAS!!

Disponível em: <<http://www.doalto.com.br/ajudadoalto/paraboladolapis.htm>>

01- Assinale o que estiver **incorreto** em relação ao texto 01.

- a) O texto traz uma comparação entre uma pessoa e um lápis.
- b) Em ambos, no lápis e no indivíduo, o importante é o que está dentro.
- c) Os sofrimentos que o lápis eventualmente sofrerá no decorrer da vida não serão tão profundos quando os que uma pessoa sofrerá.
- d) Tanto o lápis quanto uma pessoa, de acordo com o texto, deverão lembrar-se de cinco coisas.
- e) Quando se refere apenas a lápis, o autor menciona que os cortes que o lápis sofrer o tornarão melhor.

02- A palavra *Parábola*, que faz parte do título do texto, pode ser entendida como:

- a) [Geometria] Curva plana cujos pontos distam igualmente de um ponto fixo (foco) e de uma recta fixa (diretriz).
- b) Conversa fiada; de botequim.
- c) Pequena narrativa baseada em experiência única e pessoal.
- d) Peça de teatro de apenas dois atos.
- e) Narração alegórica que envolve algum preceito de moral, alguma verdade importante.

Cargo: Advogado

03- Com relação às regras de regência da Língua Portuguesa, assinale o que for **incorreto**.

- a) Prefiro mil vezes o guaraná à coca.
- b) Lembre-se das coisas importantes, meu filho!
- c) Lembre as coisas importantes, meu filho!.
- d) Pague suas contas sempre em dia!
- e) João namorava Maria há anos!

04- Sobre as regras de concordância, assinale o que estiver **incorreto**.

- a) Encontraram os quartos e a sala vazios.
- b) Chegou atrasado o pai e o filho.
- c) Chegaram atrasados o pai e o filho.
- d) Ainda são meio-dia e meio.
- e) Houve muitas guerras no século XX.

05- Assinale a única alternativa em que o(s) termo(s) destacado(s) foi(ram) classificado(s) de acordo com a gramática da Língua Portuguesa.

- a) Tens a habilidade para corrigir qualquer erro que possas cometer (Objeto direto).
- b) Tens a habilidade para corrigir qualquer erro que possas cometer (Objeto direto).
- c) Por onde andares, tens de deixar tuas marcas. Não importa a situação, deves continuar servindo a Deus em tudo (predicativo do sujeito).
- d) No princípio o fazedor de lápis falou ao lápis dizendo:... (sujeito simples).
- e) No princípio o fazedor de lápis falou ao lápis dizendo:... (sujeito simples).

06- Assinale a única alternativa em que os termos sublinhados constituem uma oração subordinada substantiva subjetiva.

- a) Sempre é importante que estudemos muito.
- b) Quando Genaro chegou, os olhos de Laura se iluminaram.
- c) O quadro que foi roubado estava no museu há séculos.
- d) O importante é que estudemos muito.
- e) Embora soubesse a verdade, calou-se.

07- Assinale a alternativa que apresenta apenas orações coordenadas.

- a) Pedro veio a pé do cinema.
- b) Ele chegou, olhou a cena do crime, fez anotações e saiu assim que terminou.
- c) Ele sempre diz que vai fazer isso.
- d) Corre que corre e nunca chega.
- e) Como seres humanos que somos: assim caminha a humanidade.

08- Há palavras grafadas incorretamente em todas as alternativas, exceto em:

- a) Ombridade, tatatopraxia e melão.
- b) Paçoca, moçarela e quiabo.
- c) Passoca, gengibre e cural.
- d) Curau, mussarela e jergelim.
- e) Gergelim, largatixa e criolina.

09- Não há erro de acentuação apenas na alternativa:

- a) Brióche, biquini e lérdo.
- b) Bávaro, íbero e catamarã.
- c) Anátema, sistema e plâncton.
- d) Biquíni, acefalo e trivial.
- e) Bálsamo, Brasilândia e quíbe.

10- De acordo com as novas regras ortográficas, só não devem receber acento as palavras da alternativa (atenção: os acentos foram omitidos propositadamente).

- a) Idelogico, pasteis.
- b) Ideia, baiuca.
- c) Itauna, jilo.
- d) Chale, ion.
- e) Anion, hifen.

Informática

11- Assinale abaixo a alternativa que corresponde a exemplificação de hardware.

- a) O termo hardware é designado para definir um processador de alta performance como por exemplo Core i7 da Intel.
- b) Hardware é um termo designado somente para dispositivos de multimídia.
- c) Um hardware é um dispositivo físico do computador interno ou externo, como por exemplo um processador.
- d) Todo sistema operacional também é definido como um hardware do computador.
- e) Somente as memórias internas recebem a classificação de hardware por definição.

12- Marque a alternativa abaixo que contenha a definição do BIOS - Basic Input/Output System (Sistema Básico de Entrada/Saída).

- a) O BIOS é um sistema gravado permanentemente para configurações e verificações do hardware.
- b) O BIOS é um sistema gravado permanentemente na memória RAM para verificação do hardware e software instalado no computador.
- c) O BIOS é um programa de gerenciamento do hardware instalado no processador.
- d) O BIOS é um programa de gerenciamento do software instalado no processador.
- e) O BIOS é um programa de gerenciamento de hardware e software que se instala no HD permanentemente.

13- Marque a alternativa abaixo que corresponde a equivalência de 1000 ou 1024 kilobytes (KB).

- a) 1 TB
- b) 1 MB
- c) 1 GB
- d) 1 KB
- e) 2 KB

14- Selecione a alternativa correta conforme a seguinte definição “Memória de Acesso Aleatório”

- a) Memória virtual do HD, que armazena os dados permanentemente.
- b) Memória de gravação permanente original de fabrica, armazenada no BIOS.
- c) Memória ROM, armazena dados enquanto já alimentação por meio de energia elétrica.
- d) Armazena dados enquanto há alimentação por meio de energia elétrica, também chamada de memória RAM.
- e) Memória de armazenamento superior a 1 Gigabyte.

15- Marque conforme as alternativas abaixo um dispositivo de entrada e outro que corresponda à saída de dados.

- a) teclado e webcam
- b) monitor e impressora
- c) joystick e teclado
- d) mouse e monitor
- e) joystick e mouse

Cargo: Advogado

16- Um sistema operacional é capaz de gerenciar hardware e software, além de interagir com o usuário. Marque abaixo a alternativa que corresponde a dois tipos de Sistemas Operacionais.

- a) Windows XP e Windows Explorer
- b) Windows 7 e Windows Explorer
- c) Windows Vista e Ubuntu – Linux
- d) Windows Vista e Internet Explorer
- e) Windows Explorer e Ubuntu - Linux

17- Marque abaixo qual a alternativa que representa a extensão de um programa executável no Windows XP e superiores.

- a) .exe
- b) .xlx
- c) .xml
- d) .cdr
- e) .msn

18- O MS – Word é um editor de texto que compreende o pacote office do Windows XP. Marque abaixo qual a função executada pelo com o comando de teclas CTRL + O.

- a) Fecha um documento
- b) Fecha o Editor de Texto
- c) Abre um documento existente
- d) Abre um novo documento
- e) Seleciona um texto

19- Na internet o termo UPLOAD é designado para:

- a) Enviar um arquivo para um local na internet, como por exemplo um disco virtual.
- b) Baixar um arquivo de um servidor ou disco virtual.
- c) Compactar um arquivo
- d) Enviar uma mensagem instantânea
- e) Carregar uma página da web no navegador

20- Marque a baixo a alternativa que corresponde a um dispositivo (hardware) de redes de computadores que permite o compartilhamento de recursos.

- a) Winzip
- b) USP
- c) HUB
- d) NetBios
- e) RJ45

Conhecimentos Específicos

21- Uma das características do ordenamento jurídico nacional é o controle de constitucionalidade exercido pelo Supremo Tribunal Federal. Diante disso, assinale a alternativa correta:

- a) As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante para os demais órgãos do Poder Judiciário, restando à Administração Pública, eventual questionamento, por meio do recurso apropriado.
- b) Compete ao Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal e a homologação de sentença estrangeira que não contrarie as normas de ordem pública e a soberania nacional.
- c) Deve o Supremo Tribunal Federal, na declaração de inconstitucionalidade, comunicar a decisão à Câmara Alta e à Câmara Baixa, para que automática e necessariamente ocorra a emissão de uma Resolução suspendendo a execução da norma acoimada do vício.

Cargo: Advogado

- d) A Constituição Federal permite uma típica medida cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade julgadas pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) Somente a União, como representante da Federação pode ser autorizada pelo Senado a proceder operações externas de natureza financeira.

22- Segundo a Constituição Federal, é vedado aos magistrados:

- I - Exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- II - Exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- III - Receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo.
- IV - Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.

Diante das proposições acima assinale:

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Somente as assertivas I e IV estão incorretas e as demais estão corretas.
- c) Somente as assertivas I e III estão corretas e as demais estão incorretas.
- d) Somente a assertiva II está incorreta e as demais estão corretas.
- e) Somente a assertiva I está incorreta e as demais estão corretas.

23- Quanto aos direitos individuais previstos no artigo 5º. da Constituição Federal, pode-se destacar que:

- I - Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- II - Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
- III - O Brasil não se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- IV - Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
- V - A identificação criminal, daquele que já foi civilmente identificado é proibida em qualquer hipótese.

Diante das proposições assinale:

- a) Apenas assertiva II está incorreta e as demais estão corretas.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- c) Apenas as assertivas III e V estão incorretas e as demais estão corretas.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e V.
- e) Apenas a assertiva V está incorreta e as demais estão corretas.

24- Assinale a alternativa incorreta:

- a) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- b) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- c) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- d) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de dois cargos de professor, a de um cargo de professor com outro técnico ou científico e a de três cargos privativos de médico.
- e) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

25- De acordo com o previsto na Constituição Federal, é correto afirmar, exceto:

- a) O ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel

Cargo: Advogado

em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.

b) A promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago. A aferição do merecimento será realizada conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento.

c) é obrigatória a promoção do juiz que figure por duas vezes consecutivas ou três alternadas em lista de merecimento.

d) Na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.

e) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares, compreendidas estas também como as que autorizam a instauração de procedimento disciplinar, tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

26- Conforme a redação do texto constitucional, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como princípios fundamentais, exceto:

a) a soberania.

b) a cidadania.

c) a dignidade da pessoa humana.

d) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

e) a saúde e a educação.

27- Assinale a alternativa incorreta:

a) é de iniciativa privativa do Presidente da República legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente;

b) os municípios não têm competência legislativa para estabelecer, em lei municipal, as hipóteses de desapropriação relativas aos imóveis localizados nos limites do município;

c) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar, concorrentemente, sobre direito tributário e financeiro;

d) na ausência de legislação federal fixando diretrizes de proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico é lícito a cada um dos Estados da federação fixá-las em lei estadual.

e) Compete à União, manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.

28- Quanto ao Ministério Público, assinale a alternativa correta:

a) O Ministério Público União, compreende: o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e os Ministérios Públicos dos Estados;

b) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

c) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.

d) Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

e) Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei ordinária respectiva.

Cargo: Advogado

29- O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete, exceto:

- a) Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.
- b) Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- c) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- d) Realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- e) Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

30- A Constituição Federal de 1988, tem capítulo próprio acerca dos direitos políticos, sendo correto afirmar, o seguinte:

- a) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e a iniciativa popular.
- b) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos; e facultativos para os analfabetos, os maiores de sessenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- c) Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- d) São condições de elegibilidade nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição, sendo facultativa a filiação partidária.
- e) A idades mínimas para elegibilidade são: trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador, trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e vinte e um anos para Vereador.

31- Com relação à improbidade administrativa, assinale a opção correta de acordo com a disciplina da Lei n.º 8.429/1992:

- a) Somente as entidades nas quais o poder público concorra com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual sujeitam-se às penalidades previstas na Lei n.º 8.429/1992, sejam elas regidas pelo direito público ou pelo direito privado.
- b) O Ministério Público é o único que dispõe de legitimidade para ajuizar ação visando à aplicação da sanção pela prática de ato que configure improbidade.
- c) A perda e o afastamento, ainda que provisório, de cargo, emprego ou função pública, e a cassação dos direitos políticos, em razão da prática de ato de improbidade, somente podem efetivar-se após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- d) O particular que não tem vínculo com a administração pública não pode sofrer as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa ainda que for beneficiário direto do ato de improbidade.
- e) Qualquer cidadão pode representar administrativamente para que seja instaurada investigação destinada a apurar prática de ato de improbidade, e a comissão processante responsável pela apuração deve dar conhecimento do procedimento administrativo ao Ministério Público e ao respectivo tribunal ou conselho de contas.

32- No tocante ao processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal é incorreto afirmar:

- a) Autoridade é o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.
- b) Entidade é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.

Cargo: Advogado

- c) Dentre os deveres do administrado perante a administração pública está o de colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- d) O requerimento inicial do interessado deve ser sempre formulado por escrito.
- e) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

33- Consoante a Lei 8.987/95, que dispõe sobre os contratos de concessão de serviços públicos, assinale a alternativa incorreta:

- a) A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato, não estando subordinada à legislação específica anterior, sendo obrigatória cláusula que inclua mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.
- b) As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.
- c) Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.
- d) Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.
- e) Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

34- No que diz respeito à Administração Pública, pode-se afirmar que:

- I. O poder de polícia limita o exercício de liberdade ou uso e gozo de propriedades particulares em benefício da finalidade última do Estado, que é o bem estar da sociedade.
- II. A distinção entre polícia administrativa e judiciária funda-se nas atividades respectivamente de repressão e de prevenção.
- III. A desafetação ou desconsagração é a retirada da destinação pública, antes atribuída a determinado bem, mediante lei ou ato administrativo.
- IV. O alvará de licença e o alvará de autorização são meios de atuação do poder de polícia, sendo a licença um ato discricionário e a autorização um ato vinculado.
- V. Os servidores temporários da Administração Pública são beneficiários do regime geral de Previdência Privada.

Agora, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I, III e V estão corretas.
- b) Apenas afirmativa I, II e V estão corretas.
- c) Apenas afirmativas II e IV estão corretas.
- d) Apenas afirmativas I, III, IV e V estão corretas.
- e) Somente a alternativa III está correta.

35- Quanto aos contratos administrativos e de acordo com a Lei nº 8.666/93, é correto afirmar que:

- a) Os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, sendo aplicável, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- b) Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades exclusivamente da Administração Pública, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.
- c) Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação não se vinculam aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.
- d) A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, deverá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.
- e) Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato, o qual poderá ter prazo de vigência indeterminado.

Cargo: Advogado

36- Todo contrato administrativo celebrado sob a égide da Lei de Licitações, é dotado de cláusulas necessárias, a fim de estabelecer certos deveres e obrigações aos contratantes, dentre elas:

- I) O objeto e seus elementos característicos, bem como o regime de execução ou a forma de fornecimento.
- II) O preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
- III) Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso, bem como o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
- IV) As garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, em qualquer caso e os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas.
- V) Os casos de rescisão e as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso. A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, certas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Agora assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a alternativa III está correta e as demais incorretas.
- b) Apenas as alternativas III e V estão corretas e as demais incorretas.
- c) Apenas as alternativas I e II estão corretas e as demais incorretas.
- d) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas e as demais incorretas.
- e) Apenas a alternativa IV está correta e as demais incorretas.

37- É facultado à Administração anular ex officio os próprios atos:

- a) Por motivo de oportunidade.
- b) Por motivo de conveniência.
- c) Por motivo de legalidade.
- d) Independentemente de qualquer motivo.
- e) Em nenhuma das hipóteses mencionadas.

38- Assinale a alternativa correta:

- a) o objeto da sociedade de economia mista tanto pode ser um serviço público como uma atividade econômica empresarial.
- b) em caso de exoneração *ad nutum*, a administração alega que a cessação da relação jurídica ocorreu por falta de verba. Em seguida, é nomeada outra pessoa para o mesmo cargo. A nomeação é válida, uma vez que o ato é discricionário.
- c) a desconformidade entre o motivo do ato administrativo e os fatos e fundamentos jurídicos, que fundamentam sua prática, gera vício sanável, sendo conveniente a revogação do ato;
- d) mesmo não acarretando lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis não poderão ser convalidados ou sanados pela administração pública federal;
- e) os atos administrativos discricionários não estão sujeitos a qualquer controle do judiciário.

39- A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, exceto:

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- b) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- c) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- d) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- e) a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão e estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

Cargo: Advogado

40- No que se refere à responsabilidade civil do Poder Público, assinale a alternativa correta:

- a) as pessoas jurídicas de direito público somente responderão pelos danos dos seus agentes nos casos em que evidenciado, mediante procedimento administrativo, dolo ou culpa dos mesmos.
- b) a Constituição consagrou o princípio do risco administrativo integral em relação às empresas prestadoras de serviço público, no tocante aos danos causados por seus agentes e prepostos.
- c) apenas em caso de dolo é possível à Administração Pública o exercício do direito de regresso contra o responsável pelos danos causados a terceiros.
- d) a Constituição Federal consagrou, como regra geral, o princípio do risco administrativo, obrigando as pessoas jurídicas de direito público, bem assim as empresas prestadoras de serviços públicos, a indenizar os prejuízos que seus respectivos agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- e) a responsabilidade da Administração Pública, em caso de dano causado por seus agentes a terceiros, prescinde da demonstração do nexo causal e da ausência de causa excludente de responsabilidade.

41- Quanto à legislação tributária, analise as afirmativas e depois responda:

I) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

II) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la, a denominação e demais características formais adotadas pela lei e a destinação legal do produto da sua arrecadação.

III) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos, sendo certo que o não-exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

IV) A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos da Constituição Federal. Nesse caso, a atribuição não compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

V) De acordo com a lei, a atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido. Constituindo-se delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Assinale a afirmativa correta:

- a) Somente as alternativas IV e V estão corretas e as demais incorretas.
- b) Somente as afirmativas I e II estão corretas e as demais incorretas.
- c) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas e as demais incorretas.
- d) Somente a afirmativa V é incorreta e as demais corretas.
- e) Todas as afirmativas são corretas.

42- Quanto a obrigação tributária e o fato gerador, assinale a alternativa correta:

a) A obrigação tributária é principal ou acessória. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. A obrigação acessória, por sua vez, decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

b) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, não se converte em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

c) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência. Sendo considerado fato gerador da obrigação acessória exclusivamente a situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática de ato que não configure obrigação principal.

d) Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, quando tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que o se verificarem as circunstâncias

Cargo: Advogado

materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios. E tratando-se de situação de fato, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.

e) A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei complementar.

43- Quanto ao sujeito passivo da obrigação tributária e a solidariedade, assinale a alternativa incorreta:

a) Considera-se sujeito passivo da obrigação principal, a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, podendo ser contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador ou responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

b) O sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto, sendo que, em qualquer situação, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

c) Consideram-se solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal, bem como as pessoas expressamente designadas por lei, não comportando nesse caso, o benefício de ordem.

d) Salvo disposição de legal em sentido contrário, são efeitos da solidariedade: o aproveitamento pelos demais do pagamento efetuado por um dos obrigados; a exoneração de todos os obrigados, mediante a isenção ou remissão de crédito, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.

e) Para efeitos de solidariedade, a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais

44- Quanto à execução fiscal, nos termos da Lei 6.830/80, assinale a alternativa correta:

a) Na execução fiscal, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente, não podendo ser feita mediante vista dos autos, com imediata remessa ao representante judicial da Fazenda Pública, pelo cartório ou secretaria.

b) Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de Dívida Ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, cabendo à Fazenda Pública o recolhimento das custas processuais e emolumentos.

c) As publicações de atos processuais poderão ser feitas resumidamente ou reunir num só texto os de diferentes processos, devendo sempre fazer referência ao número do processo no respectivo Juízo e ao número da correspondente inscrição de Dívida Ativa, bem como ao nome das partes e de seus advogados, suficientes para a sua identificação.

d) Ainda que a requerimento das partes, por conveniência da unidade da garantia da execução, não poderá o Juiz ordenar a reunião de processos contra o mesmo devedor, nesse caso, os processos serão sobrestados até o pronunciamento do Juízo da primeira distribuição.

e) Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento da Dívida Ativa da Fazenda Pública a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados dentre outros, os bens e rendas que a lei declara absolutamente impenhoráveis.

45- Quanto aos direitos da personalidade e de acordo com a Lei 10.406/2002, analise as afirmativas abaixo:

I) Sem exceção, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

II) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o terceiro grau.

III) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente ou temporária da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

Cargo: Advogado

IV) Ainda que, com objetivo científico, ou altruístico, é inválida a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte. Não produzindo o ato de disposição qualquer efeito.

V) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome, sendo vedada o emprego do nome da pessoa por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, nos casos em que haja expressa intenção difamatória.

Assinale a afirmativa correta:

- a) Somente as alternativas I e II estão incorretas e as demais corretas.
- b) Somente as alternativas II, III e IV estão incorretas e as demais corretas.
- c) Somente as alternativas I, II, III e V estão incorretas e as demais corretas.
- d) Somente as alternativas II, III, IV e V estão incorretas e as demais corretas.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

46- Quanto a decadência e prescrição assinale a alternativa incorreta:

- a) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- b) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- c) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
- d) Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra os seus assistentes ou representantes legais, que derem causa à prescrição, ou não a alegarem oportunamente.
- e) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.

47- Quanto as regras de competência previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) É competente a autoridade judiciária brasileira quando: o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil; no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação; a ação se originar de fato ocorrido ou de ato praticado no Brasil.
- b) Compete privativamente à autoridade judiciária brasileira, conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil e proceder a inventário e partilha de bens, situados no Brasil, salvo se o autor da herança for estrangeiro e tenha residido fora do território nacional.
- c) A ação intentada perante tribunal estrangeiro não induz litispendência, nem obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.
- d) Compete, exclusivamente ao juiz de direito processar e julgar, o processo de insolvência, bem como as ações concernentes ao estado e à capacidade da pessoa.
- e) A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu, o qual tendo mais de um domicílio, o réu será demandado no foro de qualquer deles. Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele será demandado onde for encontrado ou no foro do domicílio do autor.

48- Quanto aos deveres das partes, seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo, é incorreto afirmar que:

- a) tem o dever de expor os fatos em juízo conforme a verdade, proceder com lealdade e boa-fé.
- b) não devem formular pretensões, nem alegar defesa, cientes de que são destituídas de fundamento.
- c) não devem produzir provas, nem praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou defesa do direito.
- d) devem cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final.
- e) é defeso às partes e seus advogados empregar expressões injuriosas nos escritos apresentados no processo, cabendo ao juiz, exclusivamente mediante requerimento do ofendido, mandar riscá-las. Quando as expressões injuriosas forem proferidas em defesa oral, o juiz advertirá o advogado que não as use, sob pena de lhe ser cassada a palavra.

49- Quanto a formação do procedimento ordinário é correto afirmar:

- a) A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos em lei, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de dez dias, sob pena de indeferimento.
- b) Estando em termos a petição inicial, o juiz a despachará, ordenando a intimação do réu, para responder; do mandado constará que, não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor.
- c) Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada. Nessa hipótese, se o autor apelar, é facultado ao juiz decidir, no prazo de dez dias, não manter a sentença e determinar o prosseguimento da ação.
- d) Nos litígios que tenham por objeto obrigações decorrentes de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil, é facultado ao autor discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, quantificando o valor incontroverso.
- e) É vedada a formulação de pedido genérico, ainda quando não for possível determinar, de modo definitivo, as consequências do ato ou do fato ilícito, eis que o pedido deve ser líquido, certo e determinado.

50- No tocante às provas do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, desde que especificados no Diploma Processual Comum, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa.
- b) É anulável a convenção que distribui de maneira diversa o ônus da prova quando, recair sobre direito indisponível da parte ou tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito, cumulativamente.
- c) Dentre outras hipóteses, não dependem de prova os fatos notórios e aqueles em cujo favor milita presunção legal ou judicial de existência ou de veracidade.
- d) Em falta de normas jurídicas particulares, o juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e ainda as regras da experiência técnica, ressalvado, quanto a esta, o exame pericial.
- e) A parte, que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário, em qualquer hipótese deverá provar-lhe o teor e a vigência, independentemente de determinação judicial.